



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I - CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**RUAN MICHEL DA SILVA**

**PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2025**

RUAN MICHEL DA SILVA

**PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Administração Pública

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Daiene Luiza Farias Vilar

**Coorientador:** Prof. Esp. Marcílio Márcio Silva Correia

**CAMPINA GRANDE**

**2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Ruan Michel da.

Perspectivas iniciais de beneficiárias do Programa Mulheres Mil para a entrada no mercado de trabalho: a experiência de mulheres no Programa Mulheres Mil em Campina Grande - PB [manuscrito] / Ruan Michel da Silva. - 2025.

48 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Daiene Luiza Farias Vilar, Departamento de Administração e Economia - CCSA".

1. Programa Mulheres Mil. 2. Políticas Públicas. 3. Economia criativa. 4. Mulher. I. Título

21. ed. CDD 658

RUAN MICHEL DA SILVA

**PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração

Área de concentração: Administração Pública

Aprovada em: 05/06/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Adriano Pereira da Silva** (\*\*\*.926.824-\*\*), em **12/06/2025 17:24:08** com chave **316f3b4247cb11f0adce06adb0a3afce**.
- **Janayna Souto Leal** (\*\*\*.548.164-\*\*), em **12/06/2025 11:01:10** com chave **b1cda3b8479511f08e691a1c3150b54b**.
- **Daiene Luiza Farias Vilar** (\*\*\*.824.504-\*\*), em **12/06/2025 10:55:30** com chave **e7300de4479411f0a8ab1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 12/06/2025

**Código de Autenticação:** 9e07ad



## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço às mulheres da minha vida! Cada uma delas com importâncias tão particulares quanto suas personalidades, tão únicas quanto seus sorrisos.

À minha mãe, Érina, a mais brava e menos sutil delas.

À minha irmã, Mirella, a maior tagarela e incentivadora de todos os tempos.

À minha avó, Fátima, pelas cobranças incessantes nos últimos oito anos em que eu havia deixado tudo de lado.

À professora Gêuda, que me guiou nos primeiros passos até me encontrar na Administração Pública.

À professora Janayna por toda disponibilidade e disposição pra me ouvir e ajudar no último ano depois que retornei à UEPB.

E por fim à professora Daiene, que aceitou me orientar sem sequer me conhecer e por toda paciência durante o processo.

Agradeço também ao professor Marcílio pela coorientação e por todo empenho no processo. E ao professor Flávio que prontamente aceitou o convite para participar da banca examinadora.

A todos, obrigado!

## RESUMO

A mulher enquanto ser social é colocada em segundo plano diante da sociedade patriarcal constituída e reforçada pela atribuição de atividades tidas como femininas, excluindo-as e limitando-as a papeis secundários, naturalizando a subordinação ao homem. As políticas públicas assistenciais brasileiras têm assumido caráter compensatório, como o caso do Programa Mulheres Mil (PMM). Partindo do pressuposto que a participação nos cursos profissionalizantes ofertados pelo PMM auxilia na entrada de mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho e por consequência aumenta as taxas de empregabilidade e renda, através da economia criativa, este estudo busca analisar as perspectivas iniciais das beneficiárias do programa para a entrada no mercado de trabalho, a partir da experiência vivenciada no curso de Assistente Administrativo ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus Campina Grande. De natureza quali-quantitativa e descritiva esta investigação seguiu a modalidade de estudo de caso e pautou-se em dados bibliográficos e questionários semi estruturados, cujas informações foram estudadas através da análise de conteúdo. Desta forma, busca esclarecer-se qual a influência da economia criativa no acesso ao trabalho local das educandas no PMM. Os resultados sugerem que o PMM exerce influencia sobre a perspectiva de suas beneficiárias para a entrada no mercado de trabalho na área do curso oferecido, ao mesmo tempo em que robustece o desejo de ingresso no ensino superior enquanto o incentivo ao empreendedorismo aparece muito timidamente. Sugerem ainda mudanças estruturais no programa, a exemplo da criação de um dispositivo de acompanhamento das egressas, a fim otimizar a mensuração de sua eficácia.

**Palavras-Chave:** Programa Mulheres Mil; políticas públicas; economia criativa; mulher.

## ABSTRACT

Women, as social beings, are placed in a secondary position within a patriarchal society that is both established and reinforced by the assignment of activities traditionally considered feminine, thereby excluding and limiting them to subordinate roles and naturalizing their subordination to men. Brazilian social welfare policies have taken on a compensatory nature, as is the case with the Programa Mulheres Mil (PMM). Based on the assumption that participation in the vocational training courses offered by the PMM assists women in vulnerable situations in entering the labor market and, consequently, increases employability and income rates through the creative economy, this study aims to analyze the initial perspectives of the program's beneficiaries regarding their entry into the labor market, based on their experiences in the Administrative Assistant course offered by the Federal Institute of Paraíba (IFPB), Campina Grande Campus. Of a qualitative-quantitative and descriptive nature, this investigation followed the case study approach and was based on bibliographic data and semi-structured questionnaires, whose information was analyzed through content analysis. In this way, the study seeks to clarify the influence of the creative economy on the access to local employment for PMM students. The results suggest that the PMM influences the beneficiaries' outlook regarding entry into the labor market in the area related to the course offered, while also strengthening the desire to pursue higher education, even though encouragement toward entrepreneurship appears only timidly. The findings also suggest structural changes to the program, such as the creation of a follow-up mechanism for graduates, in order to optimize the measurement of its effectiveness.

**Keywords:** Programa Mulheres Mil; social welfare policies; creative economy; women.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Distribuição de projetos do Programa Mulheres Mil nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.....	15
Gráfico 1 - Participação em outros programas sociais.....	24
Gráfico 2 - Canais de informação acerca do Programa Mulheres Mil.....	25
Gráfico 3 - Preferência pelo mercado formal ou informal de trabalho.....	26
Gráfico 4 - Complemento de renda familiar.....	26
Gráfico 5 - Atividade realizada como Complemento de Renda.....	28
Gráfico 6 - Comparativo laboral pré e pós ingresso no Programa Mulheres Mil.....	28
Figura 1 - Nuvem de palavras: planos pós curso.....	30
Gráfico 8 - Perspectiva pós curso.....	31
Figura 2 - Nuvem de palavras: dificuldades de inserção no mercado de trabalho.....	32
Gráfico 9 - Dificuldades para ingresso no mercado de trabalho.....	33
Figura 3 - Nuvem de palavras: melhorias possíveis ao Programa Mulheres Mil.....	34
Gráfico 10 - Sugestão de melhora para o Programa Mulheres Mil.....	35
Figura 4 - Apresentação da Pesquisa às beneficiárias.....	46
Figura 5 - Assinaturas dos termos de consentimento livre e esclarecido.....	46
Figura 6 - Finalização da aplicação de instrumento de coleta de dados.....	47
Figura 7 - Equipe de pesquisa.....	47

**LISTA DE TABELAS:**

Tabela 1 - Perfil das beneficiárias do Programa Mulheres Mil.....23

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Cefet	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
Etc	Et cetera
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
PB	Paraíba
PMM	Programa Mulheres Mil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. Políticas públicas e sociais.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Programa Mulheres Mil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Economia criativa.....</b>	<b>16</b>
<b>2.4 A questão de gênero.....</b>	<b>18</b>
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>20</b>
<b>4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE C - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO TRABALHO DE CAMPO.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A mulher enquanto ser social, é colocada em segundo plano diante da sociedade patriarcal constituída e reforçada desde a formação das civilizações a partir da atribuição de atividades classificadas como naturalmente femininas (Beauvoir, 1949). O cuidar, delegado à mulher, influencia ainda hoje a formação social desses indivíduos, excluindo-as e limitando-as a papéis secundários, naturalizando a subordinação ao homem (Bourdieu, 2002) (Federici, 2017).

De acordo com Costa e Scott Júnior (2023), o ser social é resultado do contexto em que está inserido, e assim sendo o contexto educacional se torna alicerce na constituição do ser mulher na sociedade. Para os autores, somente a educação permitirá o conhecimento que servirá como veículo de outorga para uma leitura de mundo, embasado no juízo de valor da própria mulher (Costa; Scott Júnior, 2023). Costa e Scott Júnior (2023) ainda justificam a necessidade de criação de políticas públicas educacionais com enfoque específico às mulheres em situação de vulnerabilidade a partir da constatação de que não raras vezes, somente através do acesso à educação elas tomem consciência da situação vulnerável que as agrega.

As políticas públicas assistenciais brasileiras têm normalmente, durante o passar das décadas, assumido caráter compensatório, como o caso do Programa Mulheres Mil (PMM), assim como outros ainda mais conhecidos, a exemplo do Programa Bolsa Família, o sistema de cotas, etc. E é nessa perspectiva que se enraíza o estabelecimento do PMM: diante da inacessibilidade à educação e conseqüentemente à melhores condições de vida e trabalho, pela situação de vulnerabilidade que as mulheres mais pobres estão condicionadas, o programa tenta através da educação profissionalizante viesada ao sistema econômico local, melhorar a renda e superar a extrema pobreza.

Concebido em 2005, através da parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o governo canadense com o objetivo de promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, para sua inserção no mercado de trabalho, o PMM tem sua funcionalidade ligada diretamente aos Institutos Federais que através de cursos profissionalizantes tentam transformar a realidade das beneficiárias.

Como premissa, desta investigação compreende-se que a participação nos cursos profissionalizantes ofertados pelo PMM auxilia na entrada das educandas no mercado de trabalho no município de Campina Grande - PB, aumentando taxas de empregabilidade e

renda, através principalmente da economia criativa.

Abrangendo um vasto conjunto de atividades – o artesanato, a moda, as indústrias culturais clássicas (do audiovisual, da música e do livro) e as novas indústrias dos softwares e dos jogos eletrônicos, etc. – a economia criativa é um dos setores mais dinâmicos da economia global (Miguez, 2007), se configurando como ferramenta de emancipação pessoal e financeira às mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Conduzida a partir da parceria com a turma do curso profissionalizante de Assistente Administrativo oferecido pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus Campina Grande dentro do escopo de atuação do PMM, este estudo tem abordagem quali-quantitativa e descritiva, na modalidade de estudo de caso.

Para coleta dos dados necessários à execução do estudo foram adotados como instrumentos a pesquisa documental (nestes serão explorados documentos oficiais do governo, artigos científicos, etc.) e os questionários (nos quais serão coletados e analisados os conteúdos das respostas das participantes da pesquisa). A turma é composta por 41 alunas (universo da pesquisa), e a amostra utilizada para a pesquisa totalizou 36 respondentes. O questionário aplicado se caracteriza por sua semi estruturação, que provê melhor adaptação à natureza qualitativa do estudo. O estudo também conta com abordagem quantitativa na transformação das respostas dos questionários em argumentos transcritos numericamente. A escolha do público alvo se dá pela sua histórica exclusão dos espaços educacional e laboral, em conjunto à sua vulnerabilidade característica, que perpetua sua condição de dependência do Estado. Como nenhuma política pública é perfeita, tentar-se-á depreender melhoras ou ajustes que tornem o PMM um instrumento de transformação social mais efetivo na vida dessas mulheres.

Para além desta contextualização inicial, este estudo divide-se em mais quatro capítulos: referencial teórico, análise de resultados, materiais e métodos e por fim as considerações finais. No referencial teórico discute-se dentro da literatura acadêmica a dinâmica de formação do PMM e a sua relação com a questão de gênero e economia criativa. Na seção acerca dos materiais e métodos, esclarece-se a forma sobre a qual a pesquisa foi engendrada. Na análise de resultados, apreciam-se e cruzam-se os dados obtidos com a aplicação dos questionários. Por fim, na seção que trata das considerações finais, como sugere, denotam-se as implicações percebidas e interpretações do autor relacionadas aos resultados.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas iniciais das beneficiárias do PMM para a entrada no mercado de trabalho, a partir da experiência

vivenciada no curso de Assistente Administrativo ofertado em Campina Grande – PB pelo IFPB, considerando os desafios, expectativas e o papel da formação profissional como estratégia de transformação social e geração de renda. E busca responder a seguinte pergunta: qual a influência da participação no Programa Mulheres Mil nas perspectivas das mulheres em situação de vulnerabilidade para inserção no mercado de trabalho, considerando a economia criativa como meio de geração de renda no curso de Assistente Administrativo oferecido no Instituto Federal da Paraíba?

A importância deste estudo se ancora no fato de trazer visibilidade para a parcela da população mais suscetível às condições desumanizantes, intensificadas pelo recorte de gênero, já que se trata do estudo de uma política voltada especificamente para mulheres. A partir desta investigação se possibilita inferir de que modo as beneficiárias percebem seu futuro e indicar em sua perspectiva, possíveis direções para melhor do PMM. Além da sua importância acadêmica, dado o ineditismo do estudo e a relevância do público alvo dessa política social, a possibilidade de conferir mudanças reais para as condições de vida desse grupo torna-se o subproduto mais desejado no escopo da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Políticas públicas e sociais

A natureza desta pesquisa trata em particular da aplicação e resultados de uma política pública e neste sentido se faz necessário trazer à luz da discussão a sua definição. Segundo o que nos argumenta Souza (2006), apesar de não existir uma única e melhor definição de política pública pode-se resumi-la ao campo do conhecimento que busca simultaneamente acionar e avaliar as ações do governo e se necessário propor mudanças a estas ações. Para a autora, o momento da formulação das políticas públicas se configura como a etapa em que os governos democráticos traduzem suas propostas em ações concretas para promover mudanças na realidade.

As implicações das políticas públicas representam a necessidade dos governos de solucionar demandas coletivas. Ainda segundo Souza (2006), a política pública carrega consigo uma multidisciplinaridade intrínseca e desdobrar-se-á em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa, para que assim se promova a mudança desejada no mundo real. Em outras palavras, a política pública é a ferramenta de intervenção do Estado nas suas diversas áreas de atuação.

Percebe-se então a indispensabilidade de explicar a diferença entre políticas públicas e políticas sociais. De uma forma mais simplificada, toda política social é uma política pública, mas nem toda política pública é uma política social. As políticas sociais são políticas públicas voltadas particularmente para reduzir desigualdades, garantir direitos básicos e promover o bem-estar social. A política social se define por ordenar *“escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente”* (Santos, 1987). Pode-se então entender as políticas públicas como um grande guarda-chuva que detém as políticas sociais dentro do seu escopo de atuação. Tendo as políticas sociais o objetivo de salvaguardar a parcela da sociedade que está inserida em algum contexto de vulnerabilidade, em especial quando se trata de políticas para inserção no mercado de trabalho (Kerstenetzky, 2009) (Cardoso Júnior; Jaccoud, 2009).

### 2.2 Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil (PMM) foi concebido com o propósito de unir a educação ao trabalho, compreendendo mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social em

busca de oportunidades de acesso a ações educacionais, a elevação da escolaridade e principalmente à inserção e permanência no mercado de trabalho, identificando, reconhecendo e valorizando a pluralidade dos conhecimentos trazidos pelas suas experiências de vida (Brasil, 2024).

O PMM, de acordo com o Ministério da Educação - MEC (Brasil, 2024), foi instituído no ano de 2005 numa simbiose entre os governos brasileiro e canadense. Inicialmente foram contempladas 60 mulheres no Rio Grande do Norte, através do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet) hoje conhecido como Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e faculdades canadenses, ou *colleges canadenses*, num curso de capacitação para camareira. A partir dos resultados se resolveu, em 2008, ampliar a parceria entre os governos e se estabeleceu um projeto que tinha como objetivo atender mil mulheres, a priori, nas regiões Norte e Nordeste em virtude do seu perfil socioeconômico.

Os cursos ofertados pelas instituições abrangem-se como Formação Inicial e Continuada (FIC) em níveis fundamental e médio no campo da formação técnica. Normalmente são cursos de curta duração voltados para o ingresso ou reingresso das beneficiárias do PMM no mercado de trabalho. Isso se dá, adaptando-se o curso ofertado ao perfil de cada região, a fim de facilitar, para além da formação, na vocação econômica local.

Para esse estágio do PMM foram oferecidos cursos, em concordância com o princípio da vocação econômica para 12 estados das regiões Norte e Nordeste. Os cursos listados no quadro 1 objetivavam transformar a forma de atuação no mercado de trabalho das mulheres abarcadas pelo PMM, no Norte e Nordeste, que exibiam expressivas desigualdades sociais e de gênero (Ponciano, 2023).

A partir dos resultados positivos alcançados pelo projeto foi estabelecido nacionalmente através da portaria do Ministério da Educação de n.º 1.015, de 21 de julho de 2011 (Art.1º) visando à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, (Art. 2º) constituindo uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria. Em 2011 as diretrizes estabelecidas objetivavam possibilitar o acesso à educação, contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres, promover a inclusão social, defender a igualdade de gênero, e combater a violência contra a mulher (Brasil, 2011).

Relacionamos no quadro a seguir as informações sobre os cursos de formação ofertados à época:

**Quadro 1** - Distribuição de projetos do Programa Mulheres Mil nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

ESTADO	ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE DE BENEFICIADAS	LOCALIDADE
Alagoas (AL)	Alimentos	110 mulheres	Marechal Deodoro
Amazonas (AM)	Turismo	120 mulheres	Manaus
Bahia (BA)	Turismo e Saúde	120 mulheres	Salvador
Ceará (CE)	Turismo e Alimentos	120 mulheres	Fortaleza
Maranhão (MA)	Alimentos	160 mulheres	São Luiz
Paraíba (PB)	Artesanato	160 mulheres	Bayeux e Cabedelo
Pernambuco (PE)	Alimentos	110 mulheres	Recife
Piauí (PI)	Corte e Costura	60 mulheres	Teresina
Tocantins (TO)	Artesanato	80 mulheres	Palmas
Sergipe (SE)	Artesanato	40 mulheres	Aracajú
Rio Grande do Norte (RN)	Corte e Costura e artesanato	300 mulheres	Natal
Roraima (RR)	Alimentos	80 mulheres	Boa Vista

**Fonte:** Adaptado de Ponciano (2022) e Silva (2023)

O PMM foi relançado em 13 de abril de 2023 pela portaria de n.º 725 do Ministério da Educação. Esta portaria revogou a portaria 1015 de 2008, todavia manteve as diretrizes estabelecidas, acrescentando-se a promoção do acesso ao exercício da cidadania e o desenvolvimento de estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho (Brasil, 2023). Delimita também em seu artigo 9<sup>o</sup> que a abrangência dos cursos e programas

<sup>1</sup> Art. 9º O Programa Mulheres Mil abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional e tecnológica:

I - qualificação profissional;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio.

Parágrafo único. Os cursos e programas do Mulheres Mil deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade e as diretrizes previstas pelo art. 2º desta Portaria, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade da mulher, no caso da formação inicial e continuada, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do art. 3º, § 2º, do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, e da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; e

de educação profissional e tecnológica se dará para qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, e pela educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio.

Por objetivar a entrada e permanência no mercado de trabalho das mulheres atendidas, o PMM acaba se tornando para além de uma política social, uma política fundamentalmente entrelaçada às políticas de trabalho.

As políticas de fomento ao trabalho, emprego e renda no Brasil, iniciaram-se na década de 1960, apesar de a Constituição Federal de 1946 categorizar a assistência ao desempregado como um direito trabalhista (Cardoso Júnior *et al.*, 2006). A experiência brasileira para este tipo de política é tardia, e como sugere Oliveira (2009), só se deu a partir de 2004, quando se traz à luz do debate público a proposta de criação de um sistema público de emprego, trabalho e renda articulado sistematicamente a outras políticas públicas.

Em resumo o PMM é uma política pública aplicada através do Ministério da Educação, que por meio de cursos oferecidos em institutos federais visa a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho para garanti-las o mínimo de dignidade e direitos sociais.

Essa perspectiva alia-se à economia criativa, como uma ferramenta imprescindível para a emancipação dessas mulheres em situação de vulnerabilidade.

### **2.3 Economia criativa**

Existe para a economia criativa uma dificuldade de se estabelecer um conceito único pela sua natureza multidisciplinar, impossibilitando uma classificação teórica consensual, podendo ser considerada como um “termo em construção” (Quinaud; Baldessar, 2018). Vale aqui ressaltar que em cada país a aplicabilidade das ferramentas da economia criativa é diferente em virtude do seu histórico social, cultural e econômico, devendo se adaptar a cada particularidade (Quinaud; Baldessar, 2018) (Emmendoerfer, 2021). Sendo assim, a economia criativa configura um campo de conhecimento pré-paradigmático, ainda que em rota ascendente e ritmo crescente de constituição (Miguez, 2007).

---

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do art. 3º, § 2º, do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, e da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

A economia criativa tem como premissa o princípio de que os bens e serviços culturais tem valores sociais e econômicos e nesta ótica configuram-se não como antagonistas e sim como complementares passíveis de conciliação e enriquecimento mútuo (Machado, 2009).

Todavia, para o desenvolvimento desta pesquisa optamos por utilizar a definição de Economia Criativa desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2016), que argumenta que a Economia Criativa é um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda.

A partir desta definição podemos estabelecer um vínculo entre a economia criativa e o Programa Mulheres Mil. economia criativa é a principal ferramenta utilizada pelo programa para facilitar a entrada e permanência das mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. A economia criativa, se apropria do empreendedorismo e o torna um mecanismo significativo de desenvolvimento plural da economia criativa como um novo setor produtivo com base na diversidade cultural e na inclusão social (Emmendoerfer, 2021).

Todavia o empreendedorismo apregoado e enaltecido dentro das políticas públicas como mecanismo de emancipação financeira e social das camadas mais pobres e vulneráveis da população, isto de uma forma geral, não somente direcionado às mulheres beneficiadas pelo programa, sugere uma incapacidade do Estado de resguardar esta população. O empreendedorismo seria a saída neoliberal para a impossibilidade/ineficiência do Estado em combater as diversas formas de desemprego e subemprego. O discurso do empreendedorismo voltado para a ideologia neoliberal isenta o Estado da responsabilidade de garantir mínimas condições de vida para esses indivíduos, tornando-os responsáveis por seu sucesso ou fracasso (Carmo *et al.*, 2021), e deste modo a superação da pobreza a ser alcançada pelo empreendedorismo não passa de um *slogan* falacioso promovido pelos órgãos multilaterais internacionais orientados pelo interesse do capital (Díaz, 2018).

Além disso, a economia criativa dentro do seu escopo de atuação inerente ao Programa Mulheres Mil, tem levado suas beneficiárias por diversas vezes ao mercado de trabalho informal, resguardado este fato muitas vezes ao próprio empreendedorismo que apesar da conexão “oculta” aos interesses do capital, de acordo com Díaz (2018) tem sido a “solução” para quem na pobreza não dispõe de outras opções. Sem políticas públicas adicionais que ofereçam as condições necessárias para a continuidade do empreendimento, a precarização do trabalho da mulher em situação de vulnerabilidade pode ser robustecida.

## 2.4 A questão de gênero

Muito embora o Programa Mulheres Mil busque a inclusão produtiva através da economia criativa e educação, a conjuntura de vulnerabilidade social em que a beneficiária está inserida não pode ser desprezada. O ser mulher, construído historicamente desde a formação dos primeiros grupos sociais de seres humanos na atribuição de atividades próprias a cada gênero até o conceito contemporâneo de divisão sexual do trabalho é uma dimensão determinante na dinâmica de inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Constituindo parcela da população historicamente reprimida, a mulher ocupa posições secundárias tanto nos meios sociais quanto profissionais em relação ao homem, e isso pode ser observado em todas as sociedades existentes no tempo e no espaço (Hirata; Kergoat, 2007). O despertar da consciência acerca da “opressão” sofrida pelas mulheres se atribui, segundo Hirata e Kergoat (2007) ao movimento feminista deflagrado na França no início da década de 1970, quando se tornou coletivamente evidente, para esta parcela da população, que uma enorme massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da *natureza*, do *amor* e do dever *materno* (grifo nosso). A partir dessas características torna-se possível entender a divisão do trabalho na perspectiva de gênero: a mulher desempenha o trabalho reprodutivo (sem valor econômico) e o homem o trabalho produtivo (gerador de valor econômico). O trabalho reprodutivo demanda características atribuídas ao feminino: pureza, castidade, amor, compreensão, carinho, cuidado, etc. e são percebidos como atividades secundárias isentas ou de valor econômico reduzido.

Em outras palavras, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, e mais que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007).

Num contexto de flexibilização do trabalho, perda de direitos laborais, a onda mundial da terceirização e informalidade, e o processo de precarização das condições laborais fortificado a partir do advento da globalização, a mulher é mais atingida que o homem, dada a indissociabilidade da precariedade laboral e doméstica (Hirata, 2015), o que remete à um trabalho invisível e que implica em múltiplas jornadas de trabalho.

“Tudo mudou, mas nada mudou” (Hirata; Kergoat, 2007). Esse paradoxo é citado pelas autoras para sintetizar a realidade do mercado de trabalho para as mulheres e metaforicamente explicita que há uma barreira invisível e intransponível e que mesmo

imbuídas de plena consciência da realidade não detém poder de nela interferir diretamente, sendo submetidas aos ditames de uma sociedade essencialmente patriarcal.

A metodologia do PMM enfatiza conhecimentos prévios das alunas, e oferece qualificação em áreas tradicionalmente atribuídas às mulheres, fundamentadas no papel reprodutivo da mulher na sociedade (Corsetti; Souza; Loreto, 2018). Assim sendo, o Programa Mulheres Mil reforça a divisão sexual do trabalho na medida em que profissionaliza e estimula o desenvolvimento de atividades no âmbito do trabalho reprodutivo.

Cabe aqui esclarecer do que se trata a condição de vulnerabilidade à qual as beneficiárias do PMM estão acometidas. Para o entendimento de Carmo e Guizardi (2018) mesmo diante da imprecisão conceitual o termo vulnerabilidade amplia a compreensão dos múltiplos fatores fragilizantes dos sujeitos no exercício de sua cidadania, não limitando-se à ausência ou precariedade na obtenção de renda, mas arraigando-se às desigualdade de acesso a bens e serviços públicos e às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais. Dentro dessa perspectiva entende-se por vulnerabilidade social a condição da população para a qual foram negados os direitos básicos, decorrente de processos históricos de exclusão social, econômica e cultural (Brasil, 2011). Assim para o PMM a vulnerabilidade social tem em seu cerne as condições de existência das mulheres atendidas não somente na perspectiva econômica, mas abraçando questões educacionais (baixos índices de escolaridade), de saúde (restrições de acesso à saúde pública), de desigualdades de gênero, raça, etnia e orientação sexual, de moradia, de segurança alimentar e questões de violência, seja ela física, psicológica, moral ou patrimonial (Brasil, 2011).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho se classifica como quali-quantitativa e se fundamenta em análise bibliográfica, bem como pela aplicação de questionários semi estruturados junto às beneficiárias do PMM, seguindo a modalidade de estudo de caso. Os dados da pesquisa foram analisados por intermédio do modelo de análise de conteúdo. A escolha do método qualitativo se justifica pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, e pela demanda de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014). Para Lüdke e André (1986) interpretar os fenômenos e atribuir significados fundamentam o processo deste tipo de estudo no qual a ótica está direcionada não exclusivamente ao produto, mas especialmente ao processo. Diante disso, este estudo tem também natureza descritiva e indutiva, por estabelecer análise de informações pela sua emergência no campo, e não por proposições preliminares. É também de natureza quantitativa por seguir com a análise de dados de forma agrupada, posteriormente transformada em argumentos quantitativos.

A população estudada na pesquisa constitui-se pelas educandas do curso profissionalizante de Assistente Administrativo oferecido pelo IFPB no escopo do PMM, domiciliadas no município de Campina Grande, no estado da Paraíba. O universo deste estudo totaliza 41 mulheres integrantes do PMM e sua amostra é composta por 36 respondentes. A ausência de cinco estudantes no momento de aplicação dos questionários justifica a amostra utilizada. Todavia, a amostra corresponde a 88% do universo da pesquisa, não representando uma possível variação significativa para o resultado da investigação.

Enquadra-se na modalidade de estudo de caso, segundo Yin (2015) pelo desejo de entender fenômenos sociais complexos, o que permite a partir do enfoque em um “caso” depreender uma perspectiva holística e do mundo real, de um grupo em específico, como neste estudo, acerca do grupo de mulheres beneficiárias do PMM. Esta modalidade de pesquisa é muito comum nas ciências sociais e nela o pesquisador é capaz de captar a riqueza e profundidade do fenômeno estudado.

“A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.” (Bardin, 2009). O modelo de análise proposto diz respeito a um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, e utiliza indicadores (quantitativos ou não) para inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

O questionário assume caráter semiestruturado, que se adapta melhor à natureza qualitativa da pesquisa. A análise dos questionários aplicados junto às mulheres em situação de vulnerabilidade segue por fases. São elas: 1) leitura flutuante; 2) seleção de unidades de análise; 3) processo de categorização e subcategorização; 4) agrupamento das unidades de análise; e, 5) codificação das unidades de análise (Bardin, 2009). O questionário foi elaborado com base no dispositivo metodológico construído por Nascimento (2015), em sua investigação que versou por explorar as implicações do PMM na geração de renda para egressas do programa.

A base de dados bibliográficos da pesquisa foi construída a partir de plataformas acadêmicas tais quais o Ipea, Google Acadêmico e Scielo. Os critérios de busca incluem os descritores “políticas públicas”, “Programa Mulheres Mil”, “economia criativa” e “mulher”. Exclui-se da base bibliográfica da pesquisa trabalhos que não estabelecem relação direta com os descritores adotados e/ou aqueles indisponíveis em sua integralidade. Foram encontrados 49 documentos relacionados à temática do estudo e utilizados 27 conforme os critérios supracitados.

#### 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

No presente capítulo, busca-se analisar os possíveis impactos do PMM na promoção da geração de renda entre as mulheres que participam do curso de qualificação profissional em Assistente Administrativo ofertado no IFPB Campus Campina Grande - PB. Para tanto, lançamos um olhar às falas das estudantes a fim de apreender a partir de suas percepções quais são os desafios e anseios para a sua inserção no mercado de trabalho.

Antes disso, faz-se necessário estabelecer o perfil dessas mulheres beneficiadas pelo programa, a fim de compreender de uma maneira geral quem são elas. Os dados referentes ao perfil das mulheres beneficiárias do PMM podem ser vistos na tabela 1.

Observando os dados apresentados na Tabela 1, nota-se primeiramente que em relação à idade das estudantes, o que se apresenta é um cenário bem diverso com alunas menores de 18 anos até mais de 45, com predominância de idades no intervalo entre 36 e 45 anos, que corresponde a 30,6% do total de estudantes. Em segundo lugar estão as mulheres com 46 anos ou mais, que se traduzem em 22,2% do total. Os intervalos entre 18 à 25 anos e 26 à 35 anos detêm o mesmo peso percentual de 19,4%. E por fim, as menores de 18 anos correspondem a 8,3% do total de estudantes.

Sobre o estado civil das beneficiárias observa-se a partir da Tabela 1, que em sua grande maioria são mulheres solteiras, que equivalem ao percentual de 55,6%, seguido pelo percentual de mulheres casadas ou em união estável, com 33,3% e somente com 11,1% separadas ou divorciadas.

A maior parte das mulheres atendidas pelo PMM dentro do escopo da pesquisa possuem o ensino médio completo (75%), seguido pelo ensino superior completo (8,3%). Os ensinos médio e superior incompletos apresentam a mesma proporção (5,6% cada), assim como os ensinos fundamental completo e fundamental incompleto (2,8% cada).

No que tange às condições de moradia das alunas do curso de Assistente Administrativo do IFPB do Campus Campina Grande - PB, o percentual de 65,6% têm casa própria, 20% reside na casa de familiares e o percentual de 14,3% restante corresponde às mulheres que residem em imóveis alugados.

Um pouco menos de metade das alunas não têm filhos (44,4%), a menor parcela tem quatro filhos ou mais (8,3%), pouco mais de  $\frac{1}{3}$  das alunas tem dois filhos (22,2%), parcela muito próxima das que têm um único filho (19,4%), e as que tem três filhos correspondem apenas a 5,6% do total.

**Tabela 1** - Perfil das beneficiárias do Programa Mulheres Mil

		%
FAIXA ETÁRIA	Menor de 18 anos	8,33%
	18 a 25 anos	19,44%
	26 a 35 anos	19,44%
	36 a 45 anos	30,56%
	46 anos ou mais	22,22%
ESTADO CIVIL	Solteira	55,56%
	Casada/União estável	33,33%
	Separada/Divorciada	11,11%
	Viúva	0,00%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	2,78%
	Ensino Fundamental Completo	2,78%
	Ensino Médio Incompleto	5,56%
	Ensino Médio Completo	75,00%
	Ensino Superior Incompleto	5,56%
	Ensino Superior Completo	8,33%
NÚMERO DE FILHOS	Nenhum filho	44,44%
	Um filho	19,44%
	Dois filhos	22,22%
	Três filhos	5,56%
	Quatro filhos ou mais	8,33%
MORADIA	Aluguel	13,89%
	Casa de familiares	19,44%
	Casa própria	63,89%
	Outros	2,78%

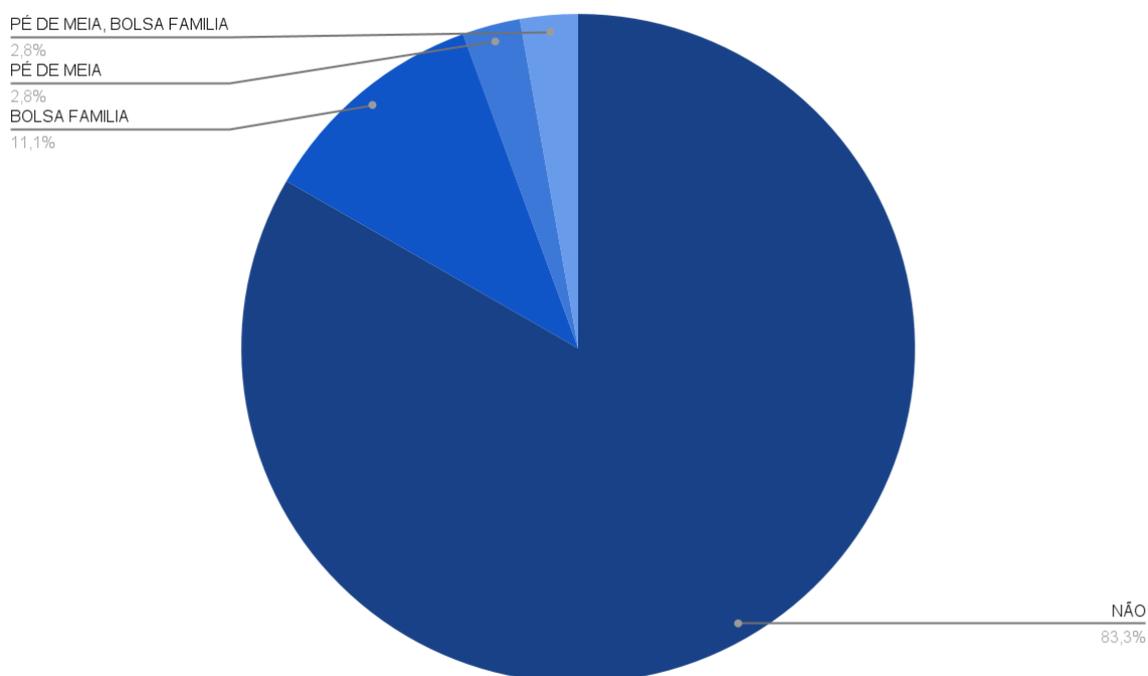
**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

Estabelecido o perfil das beneficiárias do PMM, inicia-se a análise das questões direcionadas ao esclarecimento do que se investiga neste estudo.

Quando inquiridas a respeito da participação em outros programas sociais, 83,3% das alunas afirmaram não estar vinculadas à nenhum outro programa. O percentual de 11,1% afirmou ser beneficiário do Programa Bolsa Família, e 2,8% declarou ter vínculo com o Programa Pé de Meia. Apenas 2,8% das alunas integrantes da pesquisa relataram participar simultaneamente de mais de um programa de assistência social, estando vinculadas tanto ao Programa Bolsa Família quanto ao Programa Pé de Meia.

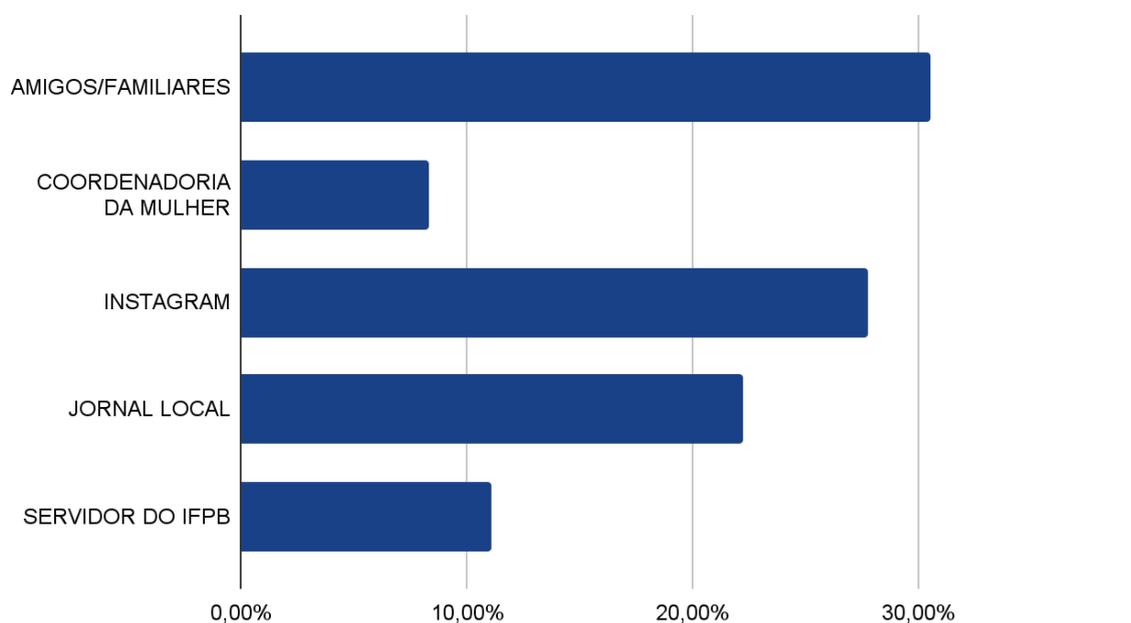
Conforme mostra o Gráfico 1 a seguir:

**Gráfico 1 - Participação em outros programas sociais.**



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

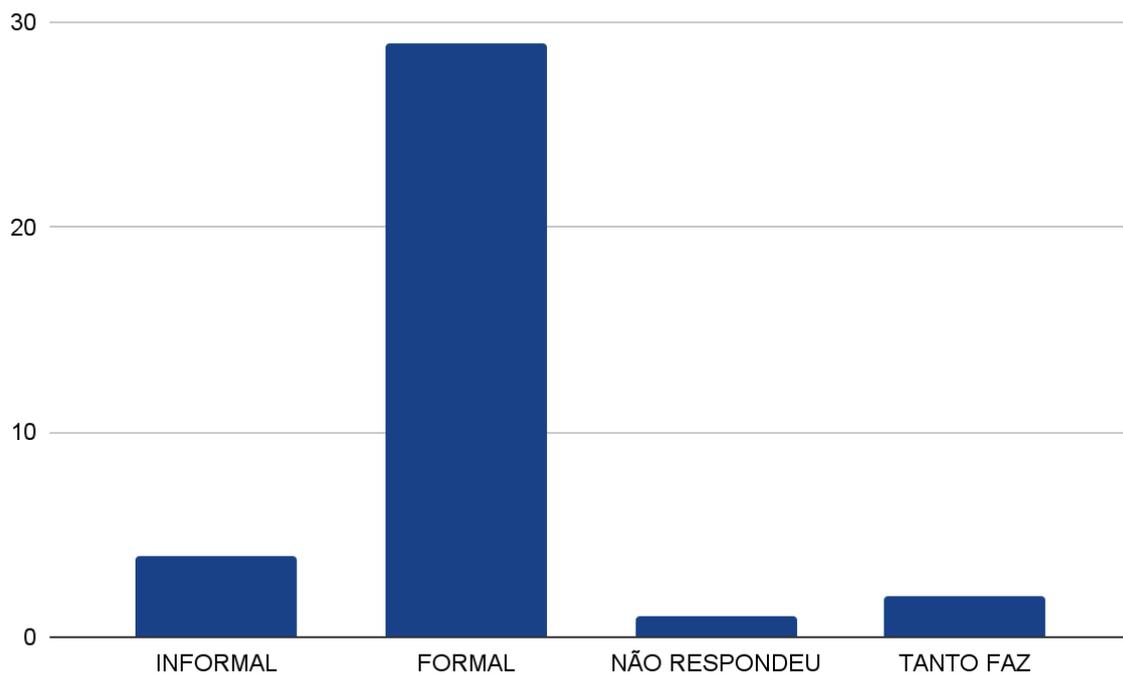
Sobre os canais de informação acerca do PMM, nota-se que a influência de familiares e amigos é sobremaneira mais efetiva para as alunas. A maior parcela (30,56%) das mulheres assistidas pelo programa tomou conhecimento de sua existência através de familiares e amigos. As redes sociais desempenham um papel parecido nesse contexto. Responsável por comunicar a 27,78% das alunas sobre a existência do programa, o Instagram deteve a segunda maior parcela de influência. A seguir, os telejornais locais (22,22%), servidores do IFPB (11,11%) e a Coordenadoria da Mulher (8,33%) foram respectivamente apontados como formas de tomar ciência acerca do programa, como pode ser visto no Gráfico 2 a seguir:

**Gráfico 2** - Canais de informação acerca do Programa Mulheres Mil.

**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

São apresentadas a seguir, no Gráfico 3, as respostas obtidas das integrantes do programa quando indagadas sobre a preferência pelo mercado de trabalho formal ou informal. Na maioria das vezes as integrantes do PMM demonstram em suas respostas, predileção ao mercado de trabalho formal. Nesse cenário o percentual de 80,56% das respondentes escolhe o mercado de trabalho formal pela perspectiva de preservação dos direitos trabalhistas e pela consequente segurança que essa modalidade de trabalho traz consigo. O percentual de 11,11% afirma preferir o trabalho informal, e 5,56% das respondentes afirmaram que independentemente da modalidade laboral o pressuposto básico é estar empregada. Apenas 2,78% das entrevistadas não soube definir sua preferência pela modalidade laboral.

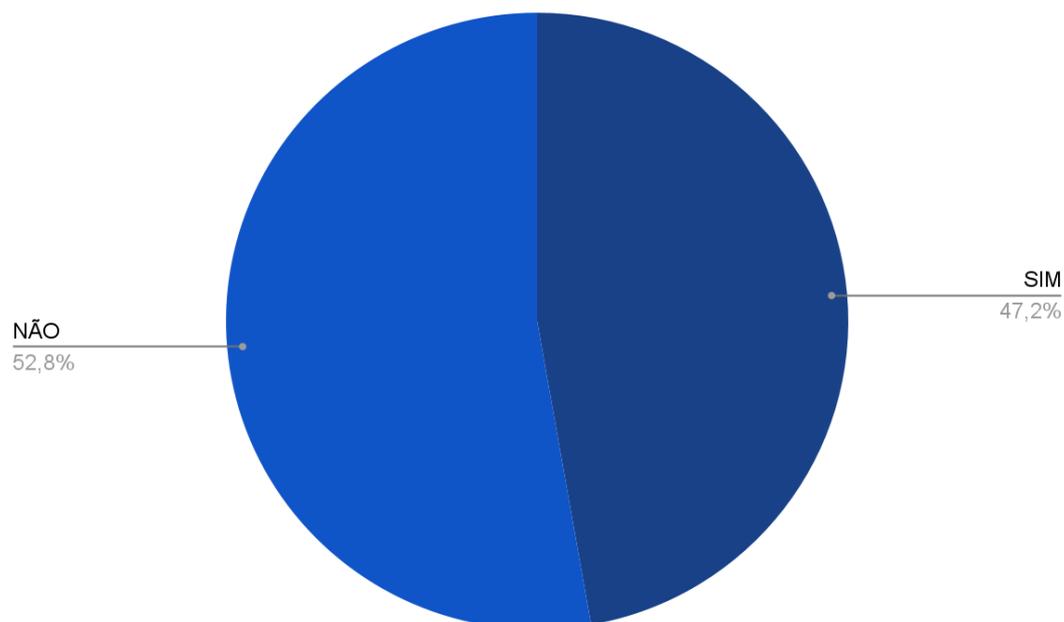
**Gráfico 3** - Preferência pelo mercado formal ou informal de trabalho.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

Neste ponto, interroga-se às beneficiárias do PMM, se de alguma forma complementam a renda do seu núcleo familiar, conforme o Gráfico 4.

**Gráfico 4** - Complemento de renda familiar.



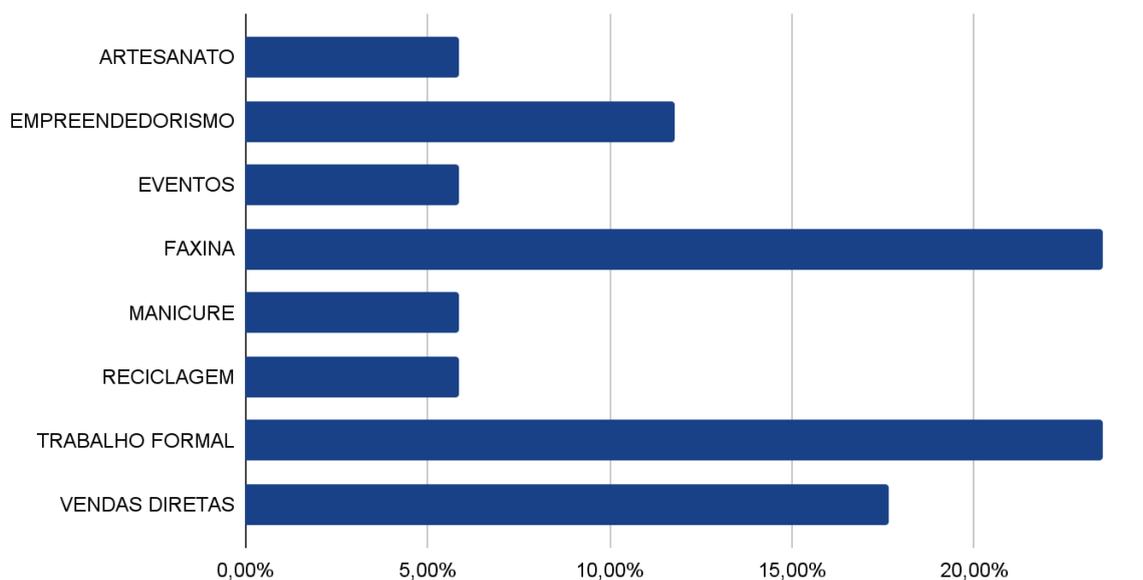
**Fonte:** elaboração do autor, 2025.

Através do Gráfico 4 pode-se perceber que pouco mais da metade das beneficiárias do PMM (52,8%) não realizam nenhuma atividade que complemente a renda da família. Enquanto a parcela restante (47,2%) realiza atividades com o intuito de aumentar a renda da parentela. Dentre as atividades realizadas pela fração que complementa a renda familiar foram apontadas: em primeiro plano o trabalho formal e faxina, em seguida as vendas diretas, o empreendedorismo, e por último o artesanato, eventos, manicure e reciclagem.

O trabalho formal, para as mulheres que têm vínculo empregatício em carteira de trabalho corresponde a 23,53% do que reiteram as respondentes. Esta se caracterizaria como a condição ótima para as integrantes do PMM, que como já citado anteriormente, objetiva a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Vale atentar para que, muito embora este percentual esteja em primeiro plano como sugere essa análise, diante do percentual total, 76,47% das beneficiárias não se encontram inseridas nesse contexto.

De acordo com o Gráfico 5, a faxina “*quando aparece*” segue empatada em termos percentuais ao trabalho formal, também com 23,53% do que afirmam as respondentes. Seguida pelas vendas diretas, ou vendas em catálogo de produtos que englobam perfumaria, cosméticos, produtos de higiene pessoal, além de confecções, dentre outros, num percentual de 17,65%. Se declaram empreendedoras 11,76% das beneficiárias, donas de suas próprias empresas. O artesanato (crochê), o trabalho em eventos (de maneira sazonal duas vezes ao ano), o trabalho como manicure e a reciclagem representam 5,88% cada um. De acordo com Dornelas (2018) o empreendedorismo se traduz na relação perfeita entre pessoas e processos que juntos concebem ideias que concluir-se-ão em negócios de sucesso. Partindo desse pressuposto, compreendendo como iniciativas, normalmente individuais, para criação de negócios, consideramos aqui o artesanato, a faxina, o serviço de manicure, a reciclagem e as vendas diretas como empreendedorismo. Sendo assim, temos uma nova perspectiva de análise. Enquanto apenas 23,53% das beneficiárias se encontram num contexto ótimo relacionado à situação laboral, 76,47% das beneficiárias que complementam a renda familiar estão envolvidas em atividades empreendedoras. Vale aqui destacar que as atividades desempenhadas como complemento de renda a exemplo do trabalho de manicure, o crochê, as vendas diretas e a faxina, caracterizam-se como atividades de guetos femininos, corroborando com a visão de Hirata e Kergoat (2007) quando afirmam que as mulheres desempenham atividades secundárias quando se comparado aos homens.

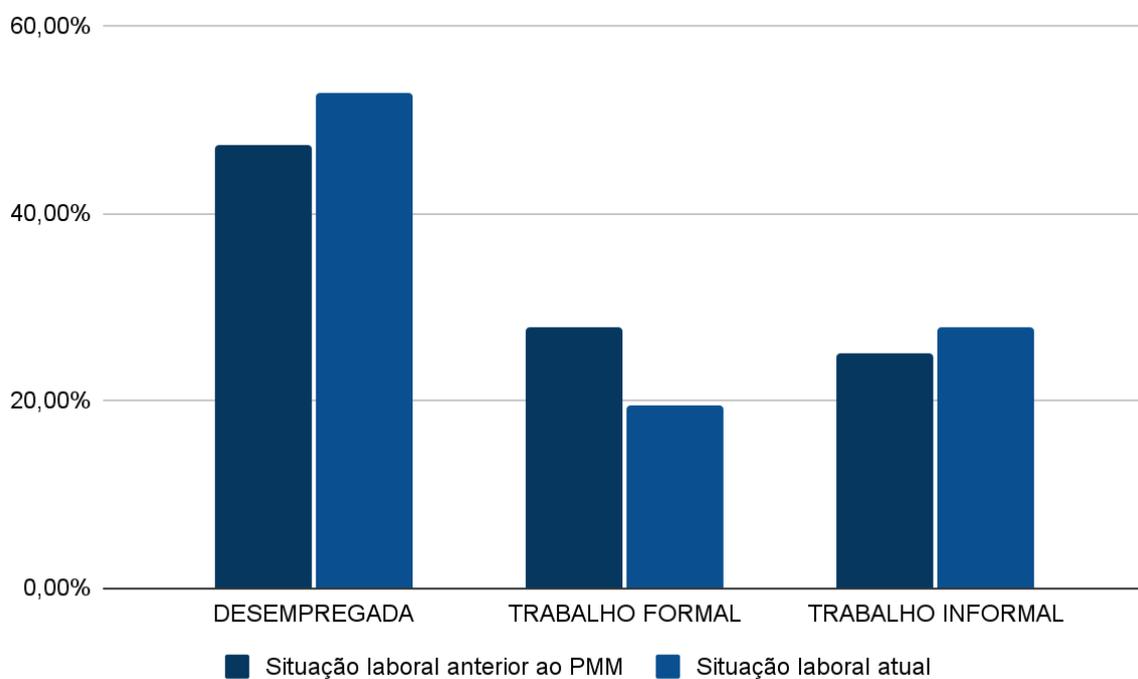
**Gráfico 5 - Atividade realizada como Complemento de Renda.**



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

Observa-se no Gráfico 6 a seguir, o comparativo entre as situações profissionais das beneficiárias antes e depois de ingressarem no PMM.

**Gráfico 6 - Comparativo laboral pré e pós ingresso no Programa Mulheres Mil.**



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

De acordo com o Gráfico 6 acima, percebe-se aumento na quantidade de mulheres desempregadas traduzido no acréscimo de 5,56 pontos percentuais, passando de 47,22% no período anterior ao programa para 52,78% atualmente. A tendência de aumento se manteve para o trabalho informal, que passou de 25% para 27,78%. Naturalmente, com o aumento do desemprego e do trabalho informal, o trabalho de natureza formal passa por uma redução de 8,34%, saindo de 27,78% para 19,44%. Para esse contexto, parece justo o direcionamento do programa para mulheres em vulnerabilidade social, tendo em vista que sua maioria, na perspectiva atual, esteja excluída do mercado de trabalho formal (80,56%).

Ainda tratando da relação dessas mulheres com o mercado de trabalho, usando por base a preferência entre o mercado formal ou informal de trabalho aludida anteriormente nesta pesquisa, relacionada à situação laboral atual constatou-se que do total de beneficiárias inseridas no mercado de trabalho formal, o percentual relativo 83,33% preferem este mercado e o percentual restante de 16,67% tem preferência pelo mercado informal, que em termos percentuais totais corresponde a respectivamente 13,89% e 2,78% do total da pesquisa. Observou-se também a relação entre as beneficiárias do programa em situação informal de trabalho e sua predileção entre o mercado formal e informal. Dessas, o percentual relativo de preferência pela formalidade chegou a 75% (25% do total da pesquisa) e 15% de preferência pela informalidade (8,33% do total).

Foi igualmente correlacionada à preferência pelos regimes formal e informal de trabalho, àquelas beneficiárias que participam de outros programas sociais além do PMM. E nesta análise o peso relativo percentual das respostas apresentou valor idêntico de 33,33% para as três variáveis encontradas: preferência pelo mercado formal (33,33%), preferência pelo mercado informal (33,33%), e o trabalho como prerrogativa independente do regime (33,33%). Deste modo, com relação ao percentual total de respondentes do estudo, cada uma das variáveis ocupa o percentual de 5,56%.

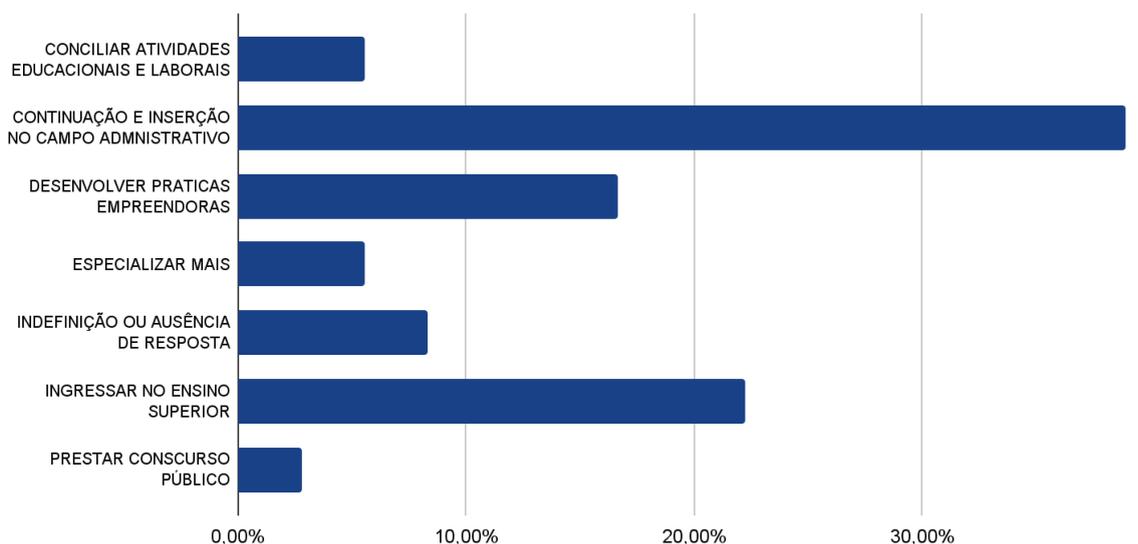
A tendência de saída do mercado de trabalho formal corrobora com a afirmativa de Mantovani (2015) que esclarece que o PMM em sua pesquisa não enfatiza a formalização por meio do emprego, mas sim na geração de trabalho e renda individualizada no mercado informal.

Um outro ponto que merece atenção, está relacionado à perspectiva de futuro das estudantes no pós curso que pode ser observado a seguir na Figura 1. Quando inquiridas a respeito de seus planos, agregou-se à pesquisa uma variedade de respostas.



sugerido duas tendências: a de entrada no mercado de trabalho na área administrativa e o ingresso no ensino superior, mais especificamente no curso de administração.

**Gráfico 8 - Perspectiva pós curso.**



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

Como já explanado junto à nuvem de palavras (Figura 1), no Gráfico 8, a continuação ou inserção no campo administrativo se expõe no maior número de respostas, estando presente em 38,89% delas. A esse percentual acrescenta-se 5,56% para as respostas que trouxeram a conjectura de conciliar atividades educacionais e laborais, totalizando 44,45% do total de respostas.

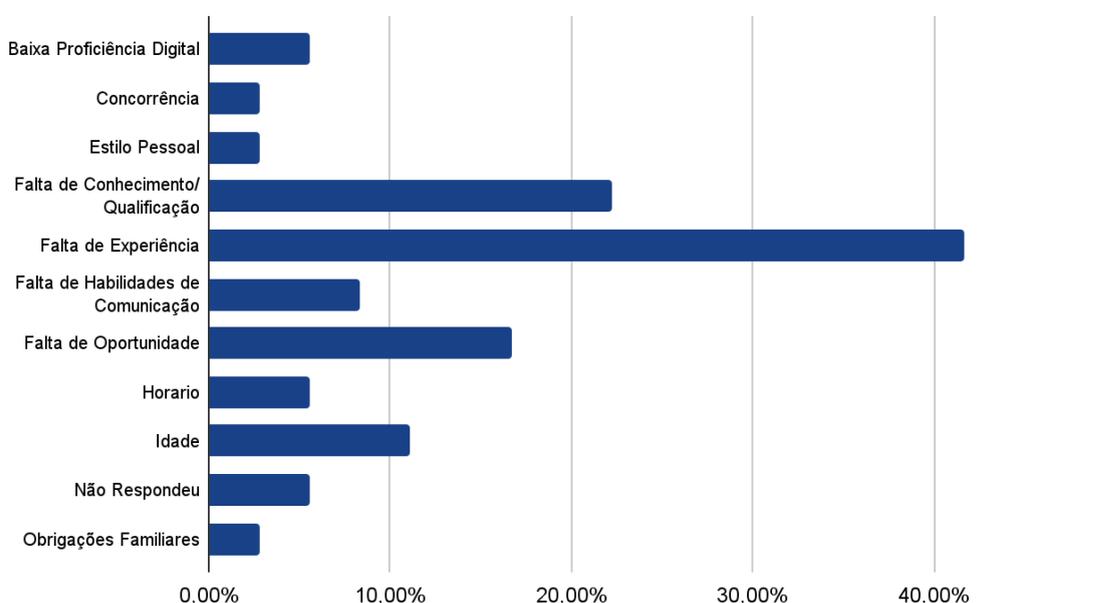
Em segundo plano, o ingresso no ensino superior carrega o percentual de 22,22% das respostas. Acrescenta-se a este valor, assim como no item anterior, a partir das respostas que trazem a perspectiva de conciliar atividades laborais e educacionais o valor de 2,78% que em última análise corresponde a 25% do total de respostas.

Dada a implicação percentual da possibilidade de combinar ocupação profissional e formação nos dois aspectos citados acima, importa aqui esmiuçar um pouco melhor como se dá essa influência. O percentual de posicionamento das beneficiárias neste aspecto chegou a 5,56% das respostas, o que se subdividiu em duas margens percentuais. Metade dessas respostas (2,78%) versou sobre a possibilidade de se especializar na área, mas sem especificamente se projetar em direção ao ensino superior. A outra metade (2,78%) projetou interesse direto em ingressar no universo acadêmico. E ainda dentro dessa conjuntura, 100% desse percentual estimou a entrada no mercado de trabalho como uma pretensão.



ingresso no mercado de trabalho. Apesar das demais ausências que esta análise sugere, o único excesso parece ser a idade para 5,55% das beneficiárias, que seguem excluídas do mercado de trabalho em virtude de pertencerem ao grupo etário de 46 anos ou mais. Para os outros 5,55%, que compõem a parcela que apontou a idade como um empecilho para o ingresso no mercado de trabalho, a dinâmica da ausência se mantém. Por serem muito jovens, ainda não puderam ser inseridas no mercado de trabalho.

**Gráfico 9 - Dificuldades para ingresso no mercado de trabalho.**



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

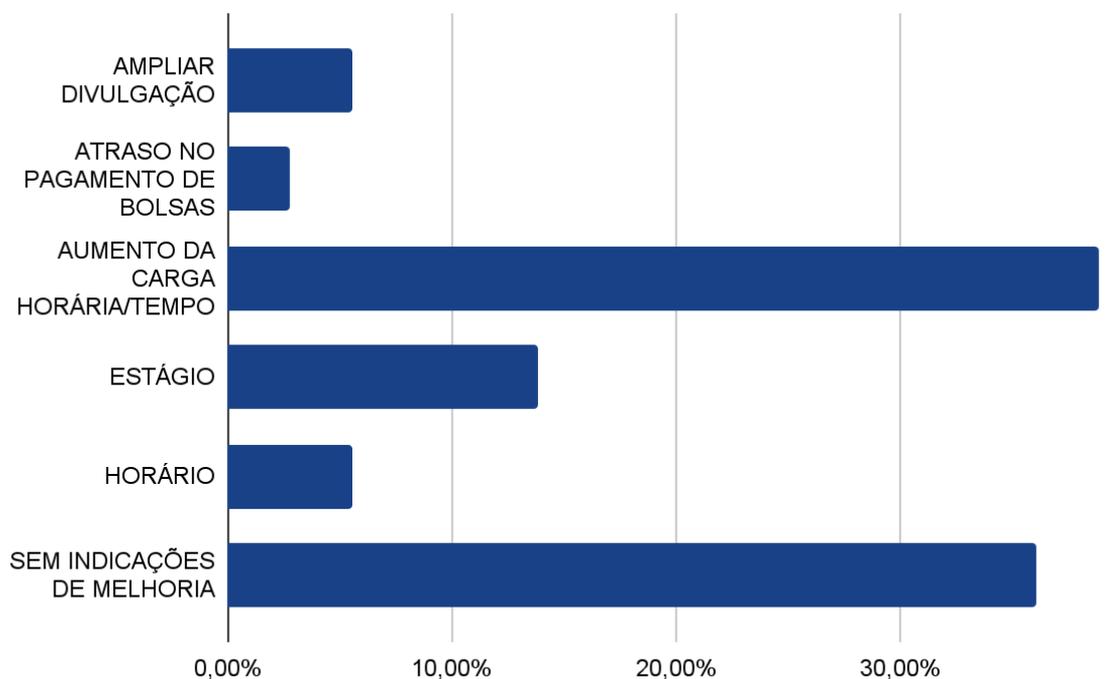
A falta de experiência, como apontada no Gráfico 10, está presente em 41,67% das afirmativas, apresentando-se, segundo as beneficiárias, como principal fator de distanciamento do mercado de trabalho. Posteriormente a falta de conhecimento e/ou qualificação é recorrente em pouco mais de 22% das respostas, seguido pela falta de oportunidade presente em 16,67%. Ora, se não têm a oportunidade de trabalhar, como poderão acumular experiência? A dificuldade na comunicação está em 8,33% das respostas, a baixa proficiência digital e horário possuem o mesmo percentual de 5,56% de presença nas afirmativas. Concorrência, estilo pessoal e obrigações familiares têm valor proporcional idêntico, constando em 2,78% das respostas cada um. Das participantes aproximadamente 5,6% não responderam a este quesito.



citadas e ocorrem em 5,56% das respostas cada um. Para uma parcela de 2,78% das participantes, a pontualidade no pagamento de bolsas representa um problema que requer ação prioritária. Disciplinas mais direcionadas às rotinas administrativas e a correção no cálculo do vale transporte também foram citadas.

A partir do Gráfico 11, a seguir, pode-se obter uma visão mais acurada a respeito do que foi apresentado acima.

**Gráfico 10** - Sugestão de melhora para o Programa Mulheres Mil.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma através da qual as beneficiárias tomaram conhecimento acerca da existência do programa com destaque para as indicações de amigos e familiares justificaram a sugestão posterior das participantes de melhora na forma de promoção do PMM. Muito embora ações através de redes sociais e telejornais tenham um peso relevante quando se trata da divulgação dos cursos oferecidos pelo IFPB dentro do escopo do programa, alternativas mais efetivas de divulgação junto às comunidades mais periféricas precisam ser reforçadas.

A maioria das beneficiárias do PMM demonstra interesse pelo ingresso no mercado formal de trabalho e isso possibilita inferir que o acesso à educação suscita o acordar da consciência para a preservação de direitos trabalhistas e manutenção da dignidade humana que a natureza formal do trabalho pode proporcionar. Entretanto, a maior parte das beneficiárias envolvidas no estudo estão inseridas na informalidade. Para as que complementam a renda familiar, as atividades desempenhadas são faxina, crochê, vendas diretas e o trabalho de manicure. Nota-se neste ponto que a natureza da ocupação dessas beneficiárias possui um abismo mais profundo que apenas a informalidade: são o reflexo da sociedade patriarcal e machista em que vivemos. As atividades aqui citadas são guetos de trabalho femininos, associados ao cuidado, à estética ou análogos ao trabalho doméstico, invisibilizados e desvalorizados, que conseqüentemente reforçam a divisão sexual do trabalho.

Quando se compara a situação profissional das estudantes antes da entrada no PMM e agora, durante sua vigência, relacionando com a perspectiva de ingresso futuro no mercado de trabalho, nota-se uma contradição. Mesmo que o percentual de trabalho formal entre as mulheres envolvidas na pesquisa tenha caído, enquanto o trabalho informal e o empreendedorismo se elevaram, o vislumbre da proteção de direitos trabalhistas por uma vaga formal de trabalho é muito real na perspectiva delas.

Para além disso, continuar estudando e se especializando na área administrativa está presente constantemente no que afirmam as beneficiárias do PMM. Isso traz ao debate o fato de o programa estimular a formação acadêmica de seu público, cumprindo seu propósito de transformação de vidas através da educação. O estímulo ao empreendedorismo existe, mas possui menos relevância. Em outras palavras, o estímulo percebido para a entrada das mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo PMM no ensino superior é maior que o estímulo ao empreendedorismo.

Diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a falta de experiência, de qualificação e oportunidades despontam as demais dificuldades identificadas durante o estudo. Como solução para esta problemática apresentam-se a parceria com políticas públicas que promovam o estágio, para aquisição de experiência e o aumento da carga horária do curso, pela sua transformação em curso técnico, o que minará a ausência de qualificação.

Em resumo, conclui-se com este estudo que o PMM é responsável por construir consciência para percepção e superação da vulnerabilidade à qual suas beneficiárias estão acometidas por meio dos cursos ofertados, lhes apresentando como real a possibilidade de superação desta realidade a partir da formação acadêmica e do trabalho, formal ou informal. Que a forma de promoção do programa deve ser melhorada, que relações com outras políticas públicas será crucial para atingir sua finalidade e por fim que o empreendedorismo não é a estrela principal neste caso em particular. O empreendedorismo dá lugar à academização das beneficiárias.

Diante de que se pode depreender e pelas limitações desta investigação sugere-se a construção de novos estudos que lidem com a perspectiva de médio e longo prazo das estudantes, não somente a respeito de sua inserção no mercado de trabalho, assim como para o seu ingresso no ensino superior. Para além disso, a criação de um dispositivo de acompanhamento das egressas do PMM se faz necessário para mensurar a efetividade do que se propõe o programa. A análise a partir desse instrumento elucidará o real escopo de influência na emancipação social e econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade beneficiadas pelo Programa Mulheres Mil.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 5. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2020.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm). Acesso em: 25 de abril de 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Guia da metodologia do acesso, permanência e êxito do Programa Mulheres Mil**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/mulheres-mil/GuiaMulheresmil.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Institui o Programa Mulheres Mil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 48, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>. Acesso em: 18 março 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Mulheres Mil**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/mulheres-mil/objetivo>. Acesso em: 25 de abril de 2025.
- CARDOSO JÚNIOR., J. C. P.; JACCOUD, L. B. **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. 2009.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. P.; GONZÁLEZ, R. H. S.; STIVALI, M.; AMORIM, B. M. F.; VAZ, F. M. **Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil**. In: **BRASIL: o estado de uma nação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006. Cap. 7, p. 399–432.
- CARMO, L. J. O. *et al.* O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 18–31, 15 mar. 2021.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, 26 mar. 2018.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13–18, jan./abr. 2014.
- CORCETTI, E.; SOUZA, S. P.; LORETO, M.D.S. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 911–943, 3 mar. 2018.

- COSTA, V. B.; SCOTT JÚNIOR., V. **Políticas públicas de educação para mulheres em situação de vulnerabilidade pela violência doméstica**. Pelotas: UFPel, 2023. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/laboratorioimagensjustica/files/2023/10/GT3-completo-costa-e-scott\\_junior.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/laboratorioimagensjustica/files/2023/10/GT3-completo-costa-e-scott_junior.pdf). Acesso em: 30 maio 2025.
- DÍAZ, D. C. Crítica aos programas sociais de empreendedorismo e seus fundamentos liberais. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- EMMENDOERFER, M. L. *et al.* Empreendedorismo em políticas públicas no contexto da economia criativa brasileira. **Revista Reuna**, v. 26, n. 2, p. 91–110, 2021.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2015.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- JACCOUD, L. B. *et al.* (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Cap. 5, p. 181–260, 2009.
- KERSTENETZKY, C. L. **Políticas sociais: focalização ou universalização?**. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 564–574, 2006.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. **Revista Alceu**, v. 9, n. 18, p. 83–95, 2009.
- MANTOVANI, T. R. D. **A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná**. Unoeste.br, 2015.
- MIGUEZ, P. **Economia criativa: uma discussão preliminar**. In: **TEORIAS E POLÍTICAS DA CULTURA: VISÕES MULTIDISCIPLINARES**. Salvador: EDUFBA, p. 95–113, 2007.
- NASCIMENTO, S. D. **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- OLIVEIRA, R. V. **Desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil e os dilemas da participação e controle sociais**. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 44–73, mar./set. 2009.

OLIVEIRA, A. N. *et al.* Empreendedorismo de mulheres de baixa renda: estudo de caso do Programa Mulheres Mil no IF Sudeste MG – Campus Barbacena. **Revista Valore**, v. 6, p. 81–103, 2021.

PONCIANO, R. R. **A relação entre o Programa Mulheres Mil e a tecnologia social como uma estratégia de formação profissional**. 2022. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5329>.

QUINAUD, A. L.; BALDESSAR, M. J. **Economia criativa: um boundary concept após mais de uma década de debates. Creative economy: a boundary concept after more than a decade of debates**.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.

SEBRAE. **O que é economia criativa**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-economia-criativa,3fbb5edae79e6410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, E. V. **Políticas públicas para as mulheres: a instituição do Programa Mulheres Mil**. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**, 4.; **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA**, 4., 2023, Criciúma. **Anais eletrônicos...** Criciúma: UNESC, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivsbds/534374-politicas-publicas-para-as-mulheres--a-instituiçao-do-programa-mulheres-mil/>. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, p. 20–45, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB**, sob a responsabilidade de: **Ruan Michel da Silva**, da orientadora **Daiene Luiza Farias Vilar** e do coorientador **Marcílio Marcio Silva Correia** de forma totalmente voluntária.

A pesquisa supracitada tem como finalidade a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e tem objetivos:

- Realizar um levantamento histórico acerca do PMM no escopo da economia criativa direcionado ao público feminino em situação de vulnerabilidade social em Campina Grande, PB;
- Verificar o impacto econômico gerado pelo PMM para o público atendido pelos cursos profissionalizantes oferecidos;
- Relacionar as ocupações e tendências ocupacionais das educandas após o término da qualificação;
- Identificar os principais desafios para a absorção dessas mulheres no mercado de trabalho para a área de sua qualificação;
- Propor a partir do estudo a ser realizadas práticas que melhorem a efetividade do PMM e facilitem a integração com qualidade das mulheres beneficiadas ao mercado de trabalho.

A participação consiste na concessão voluntária de entrevista preferencialmente com o uso de gravador, tendo em vista que esse recurso quando utilizado em entrevistas garante a precisão, integridade e a fidelidade das informações reunidas. Além disso, o gravador permite que o pesquisador capture, de forma detalhada, as falas e os relatos dos participantes, evitando perdas de dados importantes que poderiam ocorrer ao tentar registrar manualmente as informações. Assim como fotos e vídeos destinados à divulgação ao público acadêmico e geral, desde que não haja desvirtuamento de sua finalidade.

A autorização em questão é concedida gratuitamente, abrangendo o uso das entrevistas e imagens acima mencionadas, em todo território nacional e no exterior em todas as suas modalidades, em destaque ao TCC supramencionado no início deste documento.

E é apenas com sua autorização que realizaremos a coleta dos dados.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo. Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas.

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Ruan M. Silva, através dos telefones (83) 9.8662-1836 ou através do email: ruanmichel6@gmail.com. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelo pesquisador ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone 3315 3373, e-mail: cep@uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

#### **CONSENTIMENTO:**

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa **PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB** e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a identidade das participantes. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Campina Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CAMPUS I  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA CURSO DE  
ADMINISTRAÇÃO

**Tema: PERSPECTIVAS INICIAIS DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MULHERES MIL PARA A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO PROGRAMA MULHERES MIL EM CAMPINA GRANDE - PB**

Questionário:

DIMENSÃO 1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS RESPONDENTES:

1. Faixa etária:

- 18 a 25 anos;
- 26 a 35 anos;
- 36 a 45 anos;
- 46 anos ou mais.

2. Estado civil:

- Solteira;
- Casada/União estável;
- Separada/Divorciada;
- Viúva.

3. Escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto;
- Ensino Fundamental completo;
- Ensino Médio incompleto;
- Ensino Médio completo;

- Ensino Superior incompleto;
- Ensino Superior completo,

4. Número de filhos:

- Um filho;
- Dois Filhos;
- Três filhos;
- Quatro filhos ou mais.
- N.º de filhos:\_\_\_\_\_.

5. Participa de algum programa social? Se sim, qual?

---

6. Moradia:

- Aluguel;
- Casa própria;
- Casa de familiares;
- Outro: \_\_\_\_\_.

## DIMENSÃO II - OBJETIVOS DA PESQUISA

- Como tomou conhecimento acerca do Programa Mulheres Mil?
- Você prefere trabalhar em emprego formal ou informal?
- Você complementa a renda da sua família com alguma atividade? Qual?
- Qual a situação de trabalho antes do ingresso no Programa Mulheres Mil?
- O que você pensa em fazer após o término do curso?
- Qual a maior dificuldade que você consegue identificar para sua entrada no mercado de trabalho?
- O que precisa ser melhorado no Programa Mulheres Mil na sua opinião?

## APÊNDICE C - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO TRABALHO DE CAMPO

**Figura 4** - Apresentação da Pesquisa às beneficiárias.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

**Figura 5** - Assinaturas dos termos de consentimento livre e esclarecido.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

**Figura 6** - Finalização da aplicação de instrumento de coleta de dados.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.

**Figura 7** - Equipe de pesquisa.



**Fonte:** Elaboração do autor, 2025.